

O Congresso não abre mão do recesso. Nem com a crise.

Já existe um consenso no Congresso Nacional de que o recesso, que começa no próximo sábado, não deve ser suspenso, mas que, se necessário, a sessão legislativa em andamento poderia ser prorrogada por mais cinco ou dez dias — o suficiente para esgotar toda a pauta de votações pendentes. Por enquanto, a autoconvocação do Congresso está fora de cogitações, segundo os presidentes da Câmara, Paes de Andrade, e do Senado, Nelson Carneiro.

Para prorrogar por mais alguns dias a sessão legislativa que termina sexta-feira, as Mesas do Senado e da Câmara contam com um dispositivo constitucional — o que proíbe a interrupção da sessão legislativa (e conseqüente recesso) sem a aprovação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias (a lei que dá a orientação ao governo para elaborar o orçamento do ano seguinte). Basta colocar essa lei, que já está na mesa de Nelson Carneiro, na ordem do dia, e o Congresso continuará reunido até a sua aprovação.

Nesse ponto, há duas vertentes: Paes de Andrade considera que se a sessão legislativa não pode ser interrompida para votar a lei de diretrizes orçamentárias, pode-se aproveitar as sessões prorrogadas para a votação de outras matérias. Essa interpretação é defendida também pelo líder do PMDB no Senado, Ronan Tito.

A outra vertente é defendida pelo vice-presidente da Câmara, Inocêncio Oliveira (PFL-PE), segundo a qual o dispositivo constitucional restringe a prorrogação da sessão legislativa para votação apenas da lei de diretrizes orçamentárias. Para Inocêncio Oliveira e Nelson Carneiro, no entanto, esta última semana, entre segunda e sexta, será suficiente para esgotar toda a pauta, que inclui os vetos presidenciais sobre política salarial, lei eleitoral e piso nacional de salários.